

MAIO 2024

83ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



SOB NOVA INTERVENÇÃO

Governo deve ampliar interferência política na Petrobras; o que esperar do futuro da empresa

Editorial: O futuro de Sergio Moro no Tribunal Superior Eleitoral

“Lei do iFood” americana levou à queda de pedidos e de renda para entregadores

Índice

Editorial: O futuro de Sergio Moro no TSE **03**

Alan Ghani: Desastre no RS - como a
responsabilidade fiscal pode ajudar vulneráveis **11**

Rodrigo Constantino: Pesquisadora denuncia
milícia digital comandada por Janja **23**

Governo deve ampliar interferência política na
Petrobras; o que esperar do futuro da empresa **30**

Não vai faltar arroz no Brasil, apesar de o
governo Lula criar alarme no mercado **41**

“Lei do iFood” americana levou à queda de
pedidos e de renda para entregadores **56**

Jerry Seinfeld compra briga com politicamente
correto **65**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



O senador Sergio Moro, em sessão conjunta do Congresso Nacional no início de maio. | Foto: Saulo Cruz/Agência Senado

EDITORIAL

O futuro de Sergio Moro no TSE

Em uma decisão que surpreendeu a comunidade jurídica acostumada a uma tramitação mais lenta de processos no Tribunal Superior Eleitoral, o atual presidente da corte, ministro Alexandre de Moraes, pautou para este mês o

juízo dos recursos que pedem a cassação do mandato do senador Sergio Moro (União Brasil-PR). A primeira sessão, nesta quinta-feira, dia 16, teve leitura do relatório. A próxima está marcada para esta terça, dia 21.

Moraes, que deixa a corte eleitoral em 3 de junho, surpreendeu até os advogados dos partidos que pleiteiam a cassação ao correr com o processo: os recursos foram impetrados em 22 de abril; os processos foram distribuídos em 2/5 de maio; a Procuradoria-Geral Eleitoral se manifestou no dia 7; e o relator, Azevedo Marques, liberou o caso no dia 9.

Moro venceu a disputa para o Senado pelo Paraná em outubro de 2022 com 1,95 milhão de votos, ou um terço dos votos válidos, mas sua

eleição foi contestada tanto pelo PL, partido do candidato que ficou em segundo lugar, quanto pela federação formada por PT, PV e Pcdob, cujas diferenças com o ex-juiz da Operação Lava Jato são de outra natureza, como bem se sabe. Os dois processos alegavam suposto abuso de poder econômico da parte de Moro durante a pré-campanha, que o ex-juiz e ex-ministro da Justiça iniciou na qualidade de postulante à Presidência da República pelo Podemos; posteriormente, Moro foi para o União Brasil, legenda pela qual se elegeu senador. As ações alegavam que os gastos na pré-campanha haviam sido desproporcionais e que a pré-candidatura ao Planalto havia sido apenas um trampolim para elevar a visibilidade de Moro e beneficiá-lo em uma disputa de menor calibre.



In dubio pro suffragium, diz o princípio jurídico pelo qual a opinião do eleitorado é soberana e só pode ser revertida na presença de indícios avassaladores de irregularidade, o que definitivamente não é o caso de Sergio Moro

Felizmente, nenhum desses argumentos prosperou no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde Moro teve seu mandato mantido por 5 votos a 2. Muito acertadamente, a maioria dos desembargadores considerou que as ações simplesmente somaram despesas sem nenhum tipo de precisão, apenas para inflar o montante final. Os votos ressaltaram o fato de que não há legislação que regule de forma objetiva os gastos em pré-campanha; que as despesas de

uma pré-campanha à Presidência da República são naturalmente maiores; e que, no caso de Moro, havia gastos excepcionais que se mostravam totalmente razoáveis, como as despesas com segurança pessoal, tendo em vista o atentado sofrido por Jair Bolsonaro em 2018 e a descoberta posterior de um plano do PCC contra o ex-juiz e ex-ministro. Além disso, os desembargadores recordaram que Moro, por tudo o que havia feito na Lava Jato e como ministro de Bolsonaro, já era suficientemente conhecido do eleitorado paranaense, não necessitando de uma pré-candidatura ao Planalto como escada.

Esses mesmos elementos foram reforçados pelo parecer da PGE enviado ao TSE, recomendando aos ministros que respeitem a vontade do eleitor paranaense e não cassem o mandato de

Moro. In dubio pro suffragium, diz o princípio jurídico pelo qual a opinião do eleitorado é soberana e só pode ser revertida na presença de indícios avassaladores de irregularidade, o que definitivamente não é o caso em tela. Elogie-se, aqui, a postura da PGE, que inclusive divergiu daquela adotada pelo Ministério Público Eleitoral paranaense, cujo parecer havia sido favorável à cassação e consequente inelegibilidade de Moro.

A posição da PGE, no entanto, não é suficiente para apaziguar as preocupações em relação ao julgamento no TSE. Afinal, os procuradores também haviam recomendado a absolvição no caso de Deltan Dallagnol, que fora o candidato mais votado a deputado federal no Paraná em 2022. À época, a PGE afirmara que Dallagnol não se enquadrava nos critérios de

inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa, pois não havia processos disciplinares abertos contra ele quando se desligou do Ministério Público Federal. Mesmo assim, esse fato cristalino, que não era nem mesmo algo passível de interpretação, foi ignorado pelo relator Benedito Gonçalves (aquele dos tapinhas de Lula) e por todos os demais ministros, em um dia de infâmia no qual o TSE trocou a lei por uma bola de cristal e seus exercícios de futurologia a respeito que poderia ter acontecido, mas não aconteceu.

É possível, então, que os ministros queiram repetir a dose, cassando o mandato de Moro sem nenhum fundamento jurídico real, como fizeram com Dallagnol em maio de 2023? Infelizmente, é possível. E, se o Brasil teme por isso, é porque há tempos o TSE tem agido de

forma muito mais política que técnica, atropelando a Constituição para instituir um Estado policialesco e censurador, e perseguindo aqueles dos quais Lula um dia prometeu se vingar pelo trabalho exemplar no combate à corrupção e que lhes rendeu o reconhecimento do eleitor. Se o bom senso e o respeito à lei prevalecerem no julgamento de Moro, os ministros não poderão culpar os brasileiros que se mostrarem surpresos com uma corte que faz a coisa certa.



[Voltar ao índice](#)



Salvamento de pessoas durante as inundações no RS. | Foto: EFE/Andre Borges

OPINIÃO

Alan Ghani

Desastre no RS: como a responsabilidade fiscal pode ajudar vulneráveis

As enchentes no Rio Grande do Sul são uma tragédia humanitária, econômica e social.

Eventos climáticos severos acontecem no mundo todo - e não é de hoje. Inundação do rio Amarelo na China em 1887, ciclone Coringa na Índia em 1839 e agora as fortes chuvas no estado gaúcho são exemplos de como o homem não consegue impedir as forças da natureza. Diante dessa impotência, a questão primordial que se coloca é: dada a certeza da ocorrência em algum momento de um evento climático severo (tempestade, furacão, etc.) como lidamos com as consequências da tragédia?

Sob esta perspectiva, há um abismo entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidas. Nos EUA, por exemplo, há um sistema de alertas em celulares para todos os cidadãos evacuarem determinada região antes da chegada de uma tempestade. Enquanto na América esse sistema

(Emergency Alert System) foi criado em 1997, no Brasil estamos ainda na fase de discussão.

Outra diferença é a rapidez com que os auxílios governamentais são disponibilizados para as pessoas e a infraestrutura é reconstruída nas áreas atingidas. Regiões do Japão e dos EUA são frequentemente atingidas por eventos climáticos severos, mas conseguem se reconstruir mais rapidamente comparados a outras áreas do planeta.

É claro que sistema de alertas eficientes, auxílios emergenciais e recursos para infraestrutura custam muito dinheiro. E para se ter muito dinheiro nessas horas, é necessário que o Estado tenha feito a lição de casa da responsabilidade fiscal.

Estados fiscalmente responsáveis conseguem ter uma folga de caixa e uma capacidade de endividamento muito maior para disponibilizar recursos necessários para situações de emergência. Em sentido contrário, governos gastadores e super endividados têm pouco caixa e só conseguem disponibilizar recursos para as áreas afetadas se endividando mais com a sociedade a taxas de juros elevadas, levando a relação dívida/PIB a patamares insustentáveis.

É a mesma lógica da economia de uma família. As famílias poupadoras conseguem em situações de emergência usar seus recursos ou tomar empréstimos a taxas de juros menores. Já as famílias endividadas, em situação de emergência, são obrigadas a tomarem mais

dinheiro no banco com taxas de juros elevadas, aumentando o seu endividamento e as despesas financeiras futuras.

O Brasil é a família super endividada no cheque especial. Pior. É a família perdulária que gasta como se não houvesse amanhã, sem entender a real necessidade do controle das contas públicas (arrecadar mais do que se gasta). Nesta lógica perversa, o governo financia o elevado gasto público via aumento de impostos e de endividamento.

Os fatos não me deixam mentir. Todas as propostas do atual governo foram tomadas por aumento da arrecadação. Elevação da tributação de offshore, fim do diferimento de impostos para fundos exclusivos e recriação do DPVAT

(seguro obrigatório para proprietários de carros e motos) são exemplos da fúria arrecadatória governamental.



Estados fiscalmente responsáveis conseguem ter uma folga de caixa e uma capacidade de endividamento muito maior para disponibilizar recursos necessários para situações de emergência

Há outras propostas ainda não aprovadas, mas que trazem aumento de impostos, como elevação da tributação sobre herança e cobrança de impostos no pagamento de dividendos. A própria reforma tributária traz a possibilidade de termos o maior IVA (imposto sobre valor

agregado do planeta) do mundo, com a alíquota chegando a 27%.

Enquanto a fúria arrecadatória cresce, as despesas do governo aumentam ainda mais. Em 2023, as despesas cresceram 12,5%, descontando o efeito da inflação. No mesmo período, mesmo com maior tributação, a arrecadação caiu 0,12% em termos reais. Se a despesa cresceu 12,5% e a arrecadação caiu 0,12%, evidentemente o resultado primário, que excluiu as despesas com juros, piorou em relação a 2022. O déficit primário do governo ficou em R\$ 230,5 bilhões (2,1% do PIB). Mesmo excluindo as despesas extraordinárias com precatórios, o déficit seria de R\$ 138,1 bilhões (1,3% do PIB). Uma cifra e tanto!

O rombo das contas públicas mostra a ineficiência das medidas focadas apenas na arrecadação. Sem dúvida, a falta de contenção de gastos foi responsável pela piora significativa do resultado fiscal do governo. A começar pela PEC de Transição que abriu um rombo de R\$ 168 bilhões nas contas públicas. Nenhuma medida de enxugamento da máquina pública, diminuição do Estado, privatização ou reformas de custeio. Nada. No máximo, falas da Simone Tebet reforçando a necessidade de responsabilidade fiscal.

A construção orçamentária do Estado brasileiro – especialmente deste governo – é sustentada no fracasso de ideias desenvolvimentistas e keynesianas tão presentes ao longo da nossa história econômica. A lógica é: gasta-se mais para impulsionar o consumo; assim, o PIB

cresce, e a arrecadação sobe. Só esquecem de combinar com os investidores que agem racionalmente entendendo que o aumento do gasto leva a taxas de juros mais altas por conta do aumento do risco e da diminuição da poupança nacional.

Além disso, essa lógica não leva em conta imprevistos. Neste mundo da farra fiscal, não existem riscos, como desastres naturais, pandemia ou crises econômicas internacionais, nos quais o governo será obrigado a gastar mais e se endividar. Ignoram as incertezas futuras e gastam excessivamente justamente nos momentos de mais estabilidade e calma.

Infelizmente, esse pensamento é alimentado pela maioria dos políticos brasileiros,

principalmente pelo atual presidente. Lula, para defender mais despesas, se coloca acima dos conceitos básicos de contabilidade e economia, não fazendo distinção alguma entre gastos de custeio e investimentos. E não para por aí. Para justificar mais gastos, argumenta que os EUA e o Japão são mais endividados que o Brasil.

De fato, esses países têm uma relação dívida PIB maior que a brasileira. No entanto, há diferenças importantes. A primeira é sobre a credibilidade. A confiança na economia americana ou japonesa é muito maior do que na nossa. Assim, mesmo com maior endividamento, eles têm muito mais capacidade de emprestar dinheiro de investidores e rolar essa dívida. A segunda, especificamente válida no caso americano, é o privilégio de serem o país emissor de dólar. Em último caso,

conseguem financiar sua dívida com emissão de dólares, gerando evidentemente inflação mundial. Terceiro, o superendividamento deles também traz problemas para esses países.

O ponto central é que o patamar de endividamento brasileiro é perigoso, e não tomamos nenhuma medida para conter isso. Para piorar, surgem crises internacionais, pandemias e catástrofes naturais que nos forçam a gastar mais. Se tivéssemos responsabilidade fiscal em períodos de bonança, haveria muito mais dinheiro e capacidade de endividamento para lidar com os desastres naturais, como este do Rio Grande do Sul. Além disso, as consequências econômicas da elevação necessária do gasto público em combate a tragédias seriam menos indolores.

Esta simples constatação é de difícil entendimento para burocratas, tecnocratas e políticos brasileiros. Acreditam que dinheiro é infinito e não fruto da produção de bens e serviços. Não entendem que o orçamento é limitado e que o dinheiro do governo é nosso, fruto da cobrança de impostos da riqueza gerada pela sociedade ou de empréstimos contraídos com ela. Não compreendem que não existe responsabilidade social sem responsabilidade fiscal.



Autor: Alan Ghani é doutor em Finanças pela FEA-USP com passagem pela University of Texas at San Antonio como professor e pesquisador. É também economista-chefe da MSX, comentarista da Jovem Pan News e professor de pós graduação. **Os textos do

colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Janja afirma que tem o desejo de “reformular” o papel de primeira-dama no país e atuar politicamente. | Foto: Enrique Garcia Medina/EFE

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Pesquisadora denuncia milícia digital comandada por Janja

"Mencionei as milícias digitais porque está cristalina a ação de influenciadores digitais

agindo em bando para calar e assediar críticos da primeira dama e do Governo", escreveu a pesquisadora Michele Prado em resposta ao deputado Nikolas Ferreira, que a convidou para ir ao Congresso explicar as denúncias que fizera recentemente.

Michele era da equipe de Pablo Ortellado na USP, e se diz pesquisadora sobre extremismos. Ela chegou a se colocar como de direita, sob a influência de Luciano Ayan, e depois passou a atacar os conservadores, chegando a escrever um livro sobre a "Alt-right". Foi recebida de braços abertos na esquerda radical por conta disso. Mas bastou criticar Daniela Lima, da Globo, para ser demitida.



Os colaboracionistas de regimes comunistas traem o povo, a verdade, na esperança de serem poupados ou conseguirem carguinhos no sistema.

Segundo a pesquisadora, foi após criticar uma Fake News da apresentadora da Globo que ela acabou sendo desligada do grupo de pesquisa da USP. Antes disso, ela alega ter recebido duas mensagens de insulto de Daniela Lima em seu WhatsApp, o que descreveu como "assédio moral".

A denúncia de Michele Prado é gravíssima. Ela diz que a milícia digital é real, que eles pautam a academia, o debate público, a imprensa e o governo, além de fazer "raids de assédios online

e cyberbullying o tempo todo". Para a pesquisadora, quem estaria por trás desse gabinete da censura é ninguém menos do que Janja, mulher de Lula.

Leandro Ruschel comentou: "É preciso abrir uma CPI para investigar isso aí, a acusação é gravíssima: segundo a Michele Prado, que trabalhava num grupo de pesquisa da USP de monitoramento digital, a primeira-dama comandaria um gabinete de ódio para perseguir a oposição".

Agora que Michele resolveu entregar o que viu na esquerda, seus colegas até ontem passaram a descrevê-la como "design de interiores", buscando desqualificá-la. Mas quando estava quieta fazendo o serviço sujo da esquerda, era

uma "respeitada pesquisadora" do time do Ortellado.

O revelador da situação é que Michele basicamente confessou que não fazia um trabalho sério enquanto denunciava a direita. Ela disse: "A ironia de tudo isso é que eu passei os últimos 5 anos sendo agredida e desqualificada, humilhada, difamada, caluniada e quando eu fiz justamente o rigor científico, perdi a fonte de renda que me ajudava a não passar sufoco com necessidades básicas pra minha filha e eu. Obrigada, Daniela Lima".

Ou seja, Michele dá a entender que antes era militante, e quando resolveu denunciar mentira na esquerda, se deu mal. Normalmente é assim mesmo: os colaboracionistas de regimes

comunistas traem o povo, a verdade, na esperança de serem poupados ou conseguirem carguinhos no sistema. Mas são descartáveis, como Michele deve descobrir agora.

Talvez ela esteja fazendo ameaças em busca de um novo cargo, vai saber. Hoje ela postou, em tom enigmático: "Esse pessoal só vai parar quando eu me matar". Michele fez falsas denúncias aos conservadores por anos, e absolutamente nada aconteceu. Mas bastou ela jogar sujeira esquerdista no ventilador para perder o emprego e sofrer assédio. É o destino de quem faz pacto com o diabo, ignorando o que está escrito nas letrinhas miúdas pelo Capioto.

A esquerda é podre, suja e acusa os outros do que faz. Por anos bateu na tecla do tal gabinete

do ódio dos bolsonaristas. Inquéritos foram abertos, a imprensa promoveu assassinatos de reputação e Michele Prado foi cúmplice. Era tudo uma narrativa, uma farsa. Agora que ela resolveu denunciar o verdadeiro gabinete do ódio, da censura, organizado pela esquerda, veremos o que vai acontecer...



Autor: Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos

do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Presidente Lula (PT) durante cerimônia de retomada das obras da refinaria de Abreu e Lima, em Ipojuca (PE) | Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

Troca de presidente

Governo deve ampliar interferência na Petrobras

Por Célio Yano

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de demitir Jean Paul Prates do comando da

Petrobras na noite de terça-feira (14) pegou de surpresa agentes do mercado financeiro – que receberam a notícia, de modo geral, como negativa para o futuro da empresa.

A visão predominante é de que a troca no comando busca ampliar a interferência política de Lula sobre a estatal. Pesquisa realizada no início do mês mostrou que quase metade da população entende que o presidente da República exerce esse tipo de pressão.

Indicado pelo próprio chefe do Executivo para o cargo, Prates vinha se desentendendo publicamente com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa. No episódio mais recente, o agora ex-presidente da estatal queria distribuir dividendos extraordinários da empresa, mas a decisão do governo foi por reter os recursos

para aumentar a capacidade de investimento da companhia.

No início de abril, a empresa precisou negar que Prates seria demitido após uma série de notícias indicarem a troca no comando. Pouco antes, a Comissão de Valores Mobiliários(CVM) havia instaurado um processo administrativo para investigar “notícias, fatos relevantes e comunicados” sobre a Petrobras em meio aos rumores.

Apesar da pressão inicial, o processo de “fritura” de Prates parecia ter arrefecido nas últimas semanas. “Ele [Prates] até levou isso em tom de brincadeira e depois morreu esse assunto”, lembra Frederico Nobre, chefe de análises da Warren Investimentos. “A gente foi pego de surpresa com essa notícia, agora”, afirma.

O economista avalia a decisão do governo como “bastante negativa” para a empresa. “Primeiro porque traz uma falta de credibilidade, uma insegurança. E acho que é desnecessário, porque o Jean Paul Prates estava fazendo um trabalho bem razoável, é um cara bem ponderado, que vem do setor, que conhece o setor, que conhece a empresa”, afirma.

Apesar de ter colocado em prática alguns dos anseios de Lula para a empresa, como a mudança na política de dividendos e o fim da política de preço de paridade de importação (PPI), Prates também procurou atender demandas de investidores. A posição por distribuir uma parte dos dividendos extraordinários em vez de reter todo o valor para a política de investimentos da companhia é um exemplo.

Mas ela ainda se dispôs diretamente com Silveira e, por tabela, com o governo, ao pedir alterações nas metas do governo para a produção de biodiesel, negar-se a intervir no preço de querosene de aviação (QAV) para socorrer companhias aéreas e contrariar o ministro de Minas e Energia sobre a possibilidade de aproveitar gás natural do pré-sal que hoje é reinjetado.

Nobre considera que Prates, em sua gestão, mantinha boa interlocução com o mercado, o Planalto, o Congresso Nacional e os demais agentes envolvidos na governança da Petrobras. “Pegava bem nesse sentido, então eu avalio como negativa a saída dele.”

Para Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, o ex-senador não atuou de forma totalmente alinhada à economia de

mercado, mas inibia uma interferência política desmedida na empresa.

“É importante salientar que a gente tem visto nos últimos meses uma defasagem relevante no preço da gasolina, ou seja, o Prates não foi alguém que foi pró-mercado, que ficou totalmente isento de algum tipo de defesa sobre uma gestão mais política”, explica.

“Mas, de qualquer forma, foi entendido pelo presidente Lula e seus aliados que era necessário algo a mais, que gostariam de mais anúncios de investimentos, de mais geração de emprego direto da Petrobras”, complementa.

“Existiram tentativas de se fazer uma interferência na Petrobras, mas diante de tudo o que aconteceu nos últimos 15 anos, não foi colocado tanto em prática”, avalia Cruz.

Por volta de 12h30 desta quarta-feira (15), as ações preferenciais da petrolífera caíam -5,73% na B3, enquanto as ordinárias acumulavam retração de -6,73%.

“Embora tenha sido previamente noticiado pela mídia que Prates teria sofrido pressão política solicitando sua substituição, a mudança repentina no CEO não era esperada neste momento”, destaca relatório da XP Investimentos, assinado por Regis Cardoso e Helena Kelm, analistas de Óleo, Gás e Petroquímicos.

“A mudança repentina na gestão adiciona significativa incerteza ao caso de investimento e aumenta a percepção de risco dos investidores”, avaliam.

Para assumir o comando da estatal, Lula indicou o nome de Magda Chambriard, engenheira civil e mestre em engenharia química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de profissional de carreira da Petrobras e ex-diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Enquanto ela não é aprovada pela assembleia de acionistas, a estatal será comandada interinamente por Clarice Copetti, diretora de Assuntos Corporativos. Ela foi vice-presidente da Caixa no governo de Dilma Rousseff (PT) e contaria com a confiança do ministro Silveira.

À parte a formação técnica, Magda Chambriard manifesta um perfil mais desenvolvimentista, favorável a uma maior participação do Estado na economia. Ela já defendeu publicamente, por

exemplo, o fortalecimento da indústria naval, a priorização de conteúdo local e a ampliação do parque de refino da Petrobras.

“Experiência quanto ao core da Petrobras ela tem. Só que, de fato, o Prates estava apresentando uma resistência aos modelos do governo e principalmente dividindo a cúpula do PT em relação às suas opiniões um pouco mais fortes na condução da Petrobras, e muito possivelmente ela deve estar mais alinhada com a velha guarda do PT”, opina Alexandre Pletes, head de renda variável da Faz Capital.

“A gente tem possivelmente uma gestão conduzida um pouco mais pelo Poder Executivo, pelo Ministério [de Minas e Energia] e consequentemente pelo presidente Lula”, diz Pletes. “Imaginamos que a política de dividendos deve mudar e talvez até a política de

preços, principalmente se o IPCA continuar pressionando.”

Para a equipe da XP Investimentos, a mudança repentina na gestão adiciona significativa incerteza ao caso de investimento e aumenta a percepção de risco dos investidores. “Esse contexto provavelmente levantará preocupações dos investidores minoritários sobre o possível risco de interferência do acionista majoritário (ou seja, o governo) na gestão da empresa.”

Uma nota lançada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), entidade sindical filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforça a expectativa.

“Esperamos que a nova presidente ajude a cumprir o programa do presidente Lula,

enfrentando os desafios que há junto ao mercado e a uma parte da corporação da Petrobras, que joga contra a implementação desse programa que foi aprovado pela população nas urnas”, declarou Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP no texto.

“[Magda Chambriard] é uma pessoa que tem um viés que é diferente do dos acionistas da Petrobras, menos para o mercado do que o do Prates ou de outros eventuais dirigentes da companhia que a gente teve no passado recente, então acho que é bem ruim a sinalização”, diz Nobre, da Warren.



[Voltar ao índice](#)



*Lavoura de arroz em Bagé no Rio Grande do Sul | Foto: Wenderson Araujo /
Divulgação CNA*

Abastecimento

Não vai faltar arroz no Brasil, apesar de o governo Lula criar alarme no mercado

Por Marcos Tosi

Mesmo com a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, a safra gaúcha de arroz, que

atende 70% do consumo nacional, deverá ser apenas 1,24% menor do que no ano anterior, atingindo 7,15 milhões de toneladas. São estimativas oficiais, do Instituto Riograndense do Arroz (Irga).

A condição, portanto, deveria ser de tranquilidade no mercado. Deveria, se não fosse a ação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – considerada desastrosa pelo setor produtivo – que baixou Medida Provisória autorizando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a importar um milhão de toneladas de arroz. O objetivo declarado foi o de “evitar especulação financeira e estabilizar o preço do produto nos mercados de todo o país”.

O efeito, no entanto, foi o contrário do pretendido. Após o anúncio do governo federal,

em várias partes do país os consumidores correram às compras para estocar arroz, o que levou a Associação Brasileira dos Supermercados (Abras) a emitir nota assegurando que os estoques e operações de abastecimento do varejo estavam normalizados. A associação apelou, contudo, para que “as pessoas não façam estoques em casa, para que todos tenham acesso contínuo ao produto”.

Intervenção pode trazer prejuízos de longo prazo

A corrida aos supermercados foi apenas o dano mais imediato e visível da ação intervencionista do governo Lula. Analistas do setor dizem que a importação de arroz por via estatal poderá desestimular os produtores gaúchos, levando a uma redução da área plantada na próxima safra.

Daí, sim, não haverá como evitar uma elevação das importações em 2025, e a preços mais altos do que os oferecidos no mercado doméstico.

Neste ano, de El Niño e com estoques apertados, os produtores já haviam plantado cerca de 10% mais de área, antecipando a probabilidade de perdas por efeitos climáticos. Como já mostrou reportagem da Gazeta do Povo, os preços em nível internacional estão sustentados devido à proibição da Índia de exportar o produto e à quebra em vários outros países produtores.

“Com preços competitivos e margens satisfatórias, naturalmente haveria aumento de área para 2025. Havia expectativa de voltar ao estado de normalidade, de equilíbrio. Mas esse choque de oferta (importação do governo), num momento em que os produtores gaúchos têm

enormes prejuízos por conta dos alagamentos, só vai trazer mais desincentivo a uma cultura já bastante prejudicada”, aponta Evandro Oliveira, analista da agência Safras & Mercado.

Oliveira observa que os produtores de arroz do Rio Grande do Sul vêm de duas safras consecutivas castigados por secas ligadas ao fenômeno La Niña, além de elevados custos de produção. Nesse contexto, a importação estatal é um desincentivo. “Vai causar uma bagunça no mercado. Muitos produtores já estão com prejuízos e produtividade baixa. Daí vem esse choque de oferta, derruba o preço, e o produtor ficar operando em toda a temporada com margem negativa. É algo totalmente fora da realidade”, aponta.

Em nota técnica de análise, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-Esalq/USP) não vê sentido na intenção do governo de "importar e disponibilizar a atacadistas e varejistas em regiões deficitárias". "Não parece haver lógica nesse processo, que pode acabar atrapalhando a dinâmica das transações privadas", pontua o Cepea.

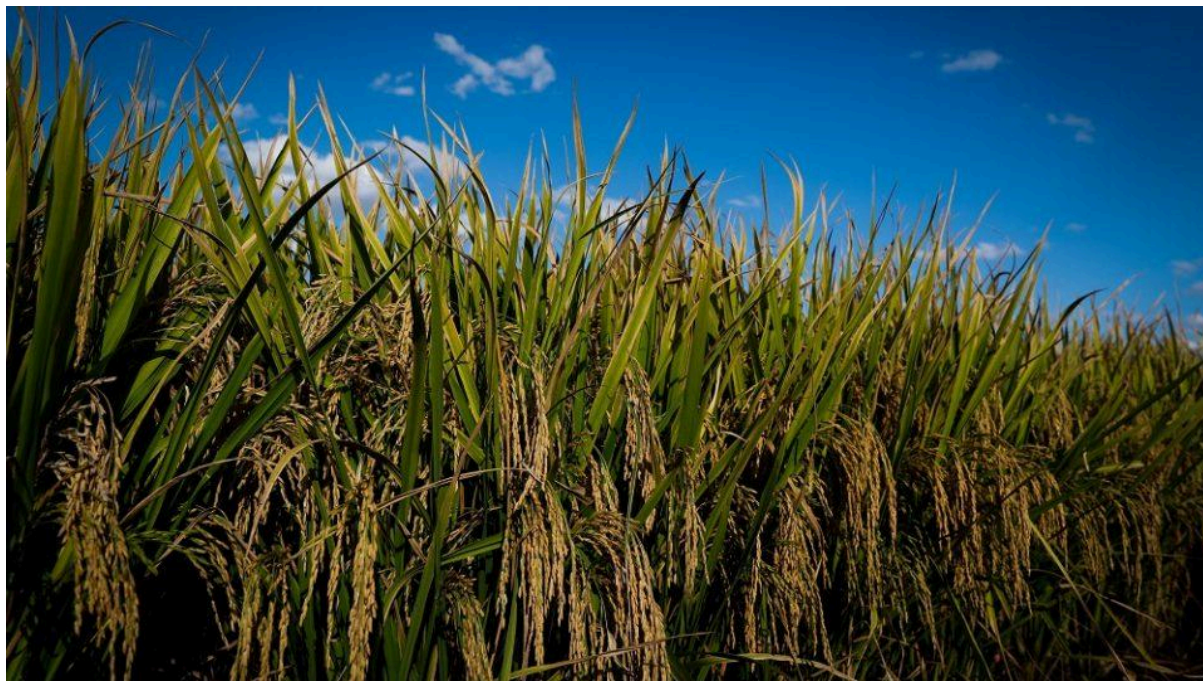
Setor do arroz divulgou "nota à sociedade brasileira"

A dificuldade adicional criada pelo governo Lula levou entidades representativas da produção e da indústria do Rio Grande do Sul a divulgar uma “nota à sociedade brasileira”. No documento, o setor insiste que “inexiste risco de desabastecimento de arroz ao mercado consumidor”.

Segundo a nota, “uma possível diminuição da disponibilidade de arroz em razão das perdas de produtores afetados pelas enchentes que assolam o estado será, inevitavelmente, compensada pelo incremento da importação e perda de competitividade do arroz brasileiro no mercado externo”. Estima-se que o país deixará de exportar 500 mil toneladas, o que será mais do que suficiente para compensar a quebra na safra gaúcha. O consumo anual de arroz dos brasileiros está em torno de 10,5 milhões de toneladas, que é praticamente o mesmo volume do que é produzido internamente.

“Ao anunciar uma importação que pode chegar a um milhão de toneladas, o governo provocou na sociedade uma corrida aos supermercados, se imaginando que pode faltar arroz. Não há motivo algum para falar em

desabastecimento", assegura Alexandre Velho, presidente da Associação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Fedearroz).



Lavoura de arroz em Bagé (RS) | Wenderson Araujo / Divulgação CNA

Importação estatal de arroz mostra "falta de sensibilidade"

"Este anúncio foi, na verdade, uma falta de sensibilidade, porque o nosso problema hoje não é quantidade de arroz estocada, mas

dificuldade logística com o interior do estado e uma pane no sistema de emissão de notas do governo gaúcho. Mas a ligação do litoral gaúcho com os grandes centros está normal e temos bastante arroz para deslocar para o restante do país”, diz o dirigente.

Para Velho, há melhor destino para o dinheiro público do que empenhar R\$ 4 bilhões para internalizar arroz pelas mãos do governo. “É um recurso que teria de ser empregado nas estradas, para reconstruir pontes, salvar famílias que ficaram sem casas, que perderam máquinas, tratores, colheitadeiras e o gado que existia nas propriedades. É, no mínimo, uma falta muito grande de sensibilidade das autoridades”, argumenta.

Na semana passada, ao justificar a proposta de importação de arroz pela Conab, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ainda tentou acalmar os agricultores. “Neste momento, a medida vem para evitar qualquer especulação com o preço do arroz. Também já conversei com os produtores para deixar claro que não é para concorrer com o nosso arroz, até porque os produtores já têm para suprir a demanda nacional, porém, tem dificuldade logística. Com a dificuldade logística para abastecer, vem a especulação”, disse.

Na realidade, é praticamente impossível que a importação de um milhão de toneladas de arroz não mexa com o mercado interno. “Não tem como não concorrer. Isso pode provocar uma guerra de preços. Não é o produtor nem a indústria que controlam o preço de venda do

produto. São regras de mercado, oferta e demanda, paridade em relação ao Mercosul, taxa de câmbio, tudo isso facilita ou dificulta a importação, além do preço internacional”, pontua Velho. Oliveira, da Safras e Mercado, diz que a única forma de diluir o impacto no mercado é se houver uma compra fracionada, ao longo de um ano.

Lula falou em trazer arroz de onde não tem: Venezuela e Bolívia

Cada vez que fala em intervir no mercado para colocar “comida barata na mesa dos brasileiros”, o presidente Lula costuma recheiar suas falas com doses de equívocos e desinformação. Na semana em que começaram as enchentes no Rio Grande do Sul, por exemplo, Lula afirmou que “a gente vai ter que

importar arroz da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai, da Argentina para a gente baratear o preço do arroz e do feijão neste país”. Antes, ele já havia afirmado que o governo “deu uma vacilada” por não ter importado arroz mais barato da Venezuela.

Venezuela e Bolívia não são mercados exportadores de arroz e dependem de importações, inclusive do Brasil, para atender as próprias necessidades. “Faz uns 25 anos que a Venezuela não consegue produzir o arroz que consome. Eles importam muito arroz via Roraima, que internalizam contrabandeando em cima de caminhonetes durante a noite, na fronteira”, aponta o consultor Vlamir Brandalitze, para ilustrar que é impossível ser socorrido pela Venezuela nesse momento.

Em relação ao feijão, citado por Lula, os preços já caíram 43% em relação ao ano passado, após a entrada de uma nova safra cheia, o que tira o sentido de qualquer ação governamental para supostamente forçar a baixa dos preços. Por outro lado, o Rio Grande do Sul participa com apenas 2,2% da produção brasileira, e já estava com todo o feijão colhido quando chegaram as chuvas. “A população pode ficar tranquila, não vai faltar feijão este ano”, observa Marcelo Luders, diretor do Instituto Brasileiro do Feijão (Ibrafe).

Especulação de que governo trará arroz da China

A disposição do governo de importar arroz pode se transformar numa saga desafiadora. O Paraguai, principal fornecedor, teve quebra de 15% na safra e já comercializou boa parte com

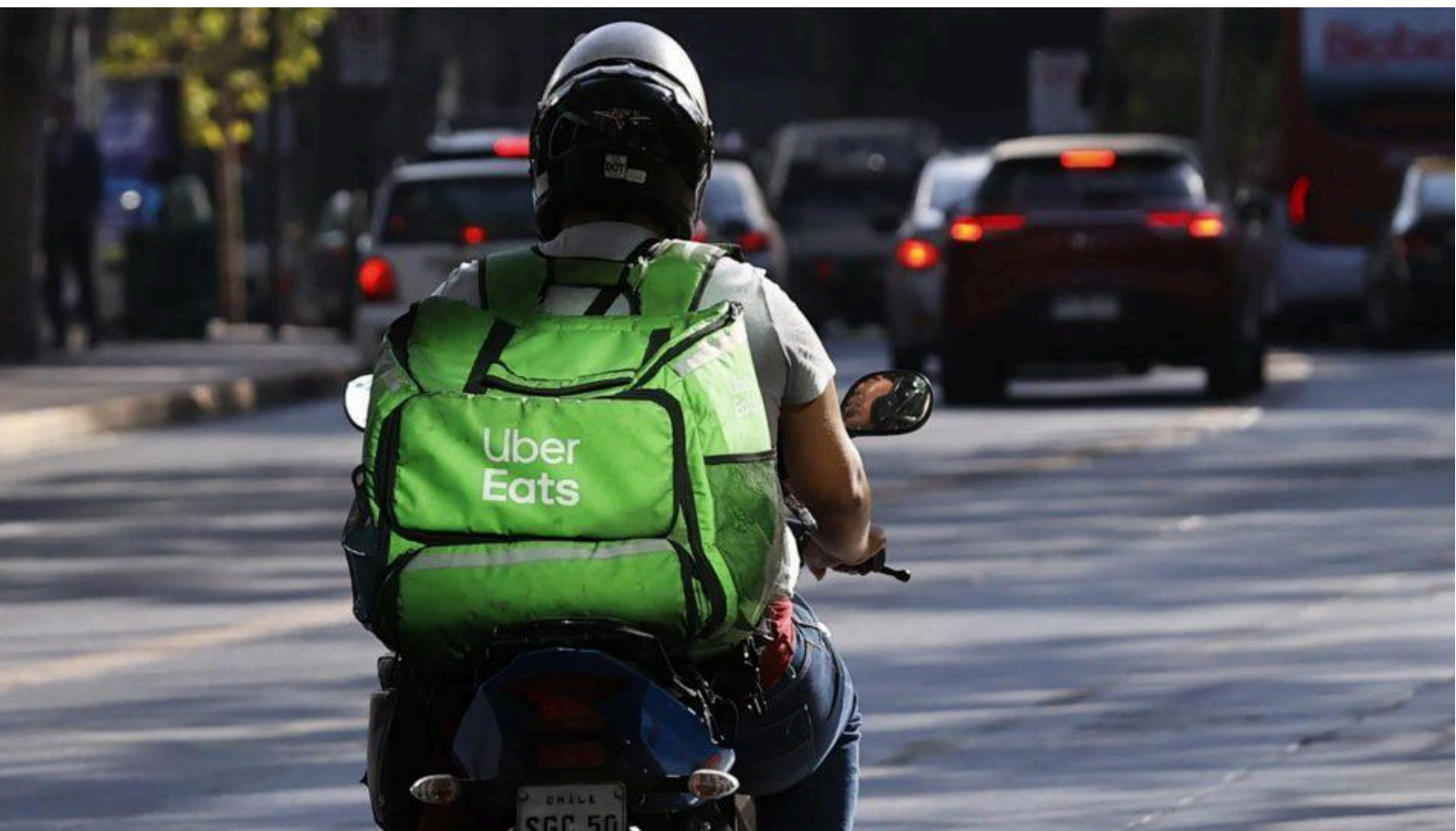
clientes europeus. No que sobrou, os produtores põem um preço “para não vender” de quase mil dólares a tonelada, segundo Oliveira, da Safras e Mercado. O Uruguai, por outro lado, também está tendo prejuízo com as chuvas. Quem poderá suprir parte da demanda é a Argentina, mas limitada a cerca de 100 mil toneladas. Restariam como fornecedores a Ásia e os Estados Unidos, no segundo semestre.

A temporada atual de arroz já começou com estoques baixos no Brasil, de menos de 500 mil toneladas. Após o anúncio de importação do governo, a indústria desistiu de importar 75 mil toneladas do grão da Tailândia. A conclusão foi de que, sem saber com segurança o volume a ser adquirido pela Conab, novas compras poderiam apenas inflar a oferta e prejudicar o mercado interno.

Há uma especulação no mercado de que os chineses possam estar preparando uma jogada, ensaiada com o governo Lula, para “ficarem bem na foto”. Apesar de não serem exportadores de arroz, os chineses detêm os maiores estoques mundiais. Poderiam abrir exceção e exportar arroz para o Brasil, num momento de calamidade, para ganhar simpatia e estreitar relações com o governo Lula. “É uma hipótese que surgiu, porque nos últimos dias temos sido procurados por mídias chinesas”, disse uma das fontes ouvidas pela Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Trabalhador faz entrega do aplicativo Uber Eats em Santiago, no Chile, fevereiro de 2023. | Foto: EFE/ Elvis González

Economia

“Lei do iFood” americana levou à queda de pedidos e de renda para entregadores

Por Jon Miltimore Foundation for Economic Education

Durante anos, Gary Lardizabal sustentou-se entregando comida na região metropolitana de

Seattle, no noroeste dos EUA. Mas ele diz que uma nova lei que entrou em vigor em janeiro está colocando seu meio de vida em risco. A lei, que foi projetada para aumentar o pagamento dos motoristas de entrega de comida, resultou em um colapso dos pedidos.

"Não consigo pagar o aluguel. [Os pedidos] caíram de 30 a 40%", disse Lardizabal a uma estação de rádio local. "Isso não é um salário digno; é um salário de fome."

A legislação à qual Lardizabal se referia é a *PayUp*, uma lei de 2022 aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Seattle que tinha como objetivo garantir aos motoristas de aplicativos um "salário digno" ao mandar que os motoristas ganhassem 74 centavos por milha percorrida e 44 centavos por

minuto, ou um mínimo de cinco dólares (R\$ 26) por pedido. Infelizmente, mas talvez sem surpresa, a lei foi acompanhada por graves consequências não intencionais.

Embora a lei tenha aumentado o salário mínimo dos trabalhadores de entrega para cerca de 26 dólares por hora (R\$ 134, sem contar as gorjetas), serviços de entrega como *DoorDash* e *Uber Eats* responderam aumentando os preços; uma taxa de cinco dólares foi adicionada a todos os pedidos feitos através dos aplicativos.

O resultado foram estimados 300.000 pedidos a menos, de acordo com o *DoorDash*, o que levou a uma perda de receita de sete milhões de dólares (R\$ 36 milhões) para os negócios da área, sem mencionar a perda de renda para os motoristas.

"Está dolorosamente claro, ouvindo os entregadores, comerciantes e consumidores, que essa nova lei simplesmente não está funcionando", disse o *DoorDash* em um comunicado reproduzido pela emissora Fox 13.

Alguns legisladores municipais céticos estão exigindo ver os dados do *DoorDash*. Mas as métricas da empresa não são a única evidência que existe.

A revista *Fortune* recentemente perfilou Tony Illes, um motorista de entrega de comida de 30 anos que aparentemente estava se dando muito bem — 10.000 entregas nos últimos quatro anos, por sua contagem — até que a lei entrou em vigor. Foi quando os negócios secaram, e Illes se viu esperando cinco ou seis horas por apenas um pedido do *Uber Eats*.

"A demanda estava morta", disse Illes, que contou à Fortune que abandonou completamente os aplicativos de entrega de comida e tornou-se independente.

Temos também os negócios de Seattle. Muitos restaurantes relataram quedas massivas nas vendas para entrega.

"Já vimos uma queda de quase 50% nas vendas por aplicativos de entrega de terceiros", disse Tonin Gjekmarkaj, dono de uma padaria albanesa local chamada *Byrek & Baguette*.

Enquanto alguns membros do Conselho Municipal de Seattle continuam exigindo mais provas de que a lei está tendo um efeito contrário, outros parecem ter admitido que a lei é um fracasso.

O periódico *Puget Sound Business Journal* relatou que a presidente do Conselho Municipal de Seattle, Sara Nelson, já ordenou que a equipe elabore uma proposta para alterar a lei.

"Acredito que criamos um problema e é nossa responsabilidade corrigi-lo", disse Nelson.

É ótimo ver Nelson reconhecer o erro do conselho e reconhecer o dano que sua nova lei está causando. No entanto, todo esse episódio infeliz poderia ter sido evitado se os membros do Conselho Municipal de Seattle tivessem um entendimento mais sólido de economia básica.

Controles de preço e salário têm falhado há milhares de anos, mas isso não impediu reis, imperadores e governantes democraticamente eleitos de impô-los. (Embora os Estados Unidos

tenham imposto controles de preço em várias épocas, controles de salário são muito mais comuns no país.)

Enquanto alguns trabalhadores podem se beneficiar de uma lei de salário mínimo, outros serão prejudicados por ela porque o valor que eles trazem está abaixo do custo artificialmente alto de seu trabalho. Empregadores muitas vezes respondem a pisos salariais contratando menos trabalhadores, reduzindo horas de trabalho e eliminando outras formas de remuneração dos trabalhadores.

"Tornar ilegal pagar menos do que uma certa quantia não faz com que a produtividade de um trabalhador valha essa quantia", explicou o economista Thomas Sowell em seu livro best-seller "Economia Básica" (Alta Books,

2018), "e, se não vale, é improvável que esse trabalhador seja contratado."

Controles de salário não afetam apenas os trabalhadores, no entanto. Eles também afetam os consumidores.

Uma abundância de pesquisas mostra que leis de salário mínimo mais alto levam a preços mais altos para os consumidores. Um estudo de 2020 da Universidade da Califórnia em Berkeley descobriu que, em média, um aumento de 10% no salário mínimo resultou em um aumento de 0,36% nos preços de varejo. (Os preços de fast food tendem a aumentar ainda mais.) De fato, um estudo de 2018 da Universidade Cornell descobriu que em alguns casos "quase todos" os custos das leis de salário mínimo são absorvidos pelos consumidores.

Certamente foi o caso em Seattle, onde os serviços de aplicativo de entrega simplesmente repassaram os custos de trabalho obrigatórios para os consumidores, muitos dos quais decidiram que o preço da entrega de comida agora estava muito caro.

Infelizmente, trabalhadores, empresas e consumidores estão todos pagando o preço porque os políticos de Seattle escolheram abandonar políticas de livre mercado saudáveis em favor de controles de salário coercitivos.



[Voltar ao índice](#)



Seinfeld ri durante entrevista com Barack Obama em 2015: outros tempos. | Foto: Divulgação/Jerry Seinfeld

Comédia

Jerry Seinfeld compra briga com politicamente correto

Por Gabriel de Arruda Castro

O comediante americano Jerry Seinfeld nunca aceitou fazer de sua carreira uma plataforma política — seu último lançamento é um filme

sobre uma disputa entre duas fabricantes de cereais nos anos 1960.

Nascido e criado nos arredores de Nova York, onde ser conservador é fugir à regra, Seinfeld sempre transitou confortavelmente no meio progressista americano. A ponto de conseguir autorização para gravar com o presidente Barack Obama na Casa Branca em 2015, em um episódio do seu programa “Comedians in Cars Getting Coffee”.

Mas tudo tem um limite.

Nos últimos meses, Seinfeld tem dado declarações cada vez mais claras contra o que acredita ser um excesso da extrema-esquerda.

Junte-se isso ao fato de ele ser um judeu que apoia as vítimas dos ataques de 7 de outubro, e fica mais fácil entender por que dezenas de estudantes deixaram a formatura da prestigiosa Universidade de Duke, no último domingo (12), em que Seinfeld foi o orador principal.

Se tivessem ficado para ouvir o discurso, talvez eles tivessem aprendido algumas lições.

Crítica à extrema-esquerda

Seinfeld, que deu o rosto e o nome a uma das séries mais populares dos anos 1990, também marcou época como um dos pioneiros do stand-up comedy. De forma discreta, ele já havia resistido à politização crescente da indústria de entretenimento americana.

Mas, agora, ele parece estar mais disposto a chamar as coisas pelo nome. Em uma entrevista concedida à *New Yorker* no mês passado, ele lamentou a falta de programas de humor na TV americana.

"Este é o resultado da extrema-esquerda, da porcaria do politicamente correto e das pessoas se preocuparem tanto em não ofender os outros. Quando você escreve um roteiro e ele passa pelas mãos de quatro ou cinco pessoas, comitês, grupos, 'Isso é o que pensamos sobre essa piada'... é o fim da sua comédia", criticou *Seinfeld*.

Nos últimos anos, Hollywood adotou regras com o objetivo de aumentar a "representatividade". Para concorrer ao Oscar

de Melhor Filme, por exemplo, os inscritos precisam seguir padrões de "inclusividade", como incluir um certo percentual de atores pertencentes a minorias.

O Emmy, que premia os melhores programas da televisão americana, também se adaptou aos novos tempos para se tornar mais "inclusivo".

Até mesmo o seriado Os Simpsons, conhecido por bater de frente com politicamente correto, capitulou. Em 2017, o programa praticamente aposentou o personagem Apu porque ele representava uma visão estereotipada dos imigrantes indianos. Além disso, o dublador Hank Azaria deixou de fazer a voz do personagem por não ter origem indiana.

A favor do privilégio

No discurso de formatura em Duke, Jerry Seinfeld questionou algumas das ideias frequentemente defendidas pela esquerda acadêmica nos Estados Unidos. Uma delas: a de que ter privilégios é uma razão para se envergonhar.

“Privilégio é uma palavra que tem apanhado muito ultimamente. Hoje em dia, privilégio parece ser a pior coisa que você pode ter (...). Eu digo: use o seu privilégio. Eu cresci sendo um garoto judeu em Nova York. Isso é um privilégio se você quer ser comediante”, disse. “Nós nos envergonhamos de coisas de que deveríamos ter orgulho, e temos orgulho de coisas das quais deveríamos nos envergonhar”, o comediante acrescentou.

De forma cautelosa, Seinfeld também aconselhou os formandos a não abrirem mão do senso de humor apenas para evitar ofender as sensibilidades de um certo grupo de pessoas.

“Eu admiro completamente as ambições de sua geração de criar uma sociedade mais justa e inclusiva. Também acho maravilhoso que vocês se preocupem tanto em não ferir os sentimentos de outras pessoas de um milhão de maneiras como todos nós fazemos a cada segundo de cada dia (...) Mas preciso dizer a vocês, como comediante, que não percam o senso de humor.”

Em seu discurso na Universidade de Duke, o comediante tentou desfazer algumas das

ilusões dos formandos e sugeriu que eles fossem mais pragmáticos: “Eu imagino o quão cansados vocês estão de ouvirem falar para seguir a sua paixão. Eu digo: que a paixão vá para o inferno; ache algo que você consiga fazer; isso seria ótimo”.

Apesar do protesto dos estudantes pró-Palestina no início do discurso, Seinfeld foi aplaudido pela maioria dos formandos. Na cerimônia, ele também ganhou o título de doutor honoris causa de Duke, que aparece com frequência nos rankings das 10 melhores universidades dos Estados Unidos.

Os estudantes que deixaram a formatura de Duke em protesto contra a presença de Seinfeld

se queixam do que entendem ser o apoio do humorista a Israel.

Seinfeld esteve no país em dezembro do ano passado e se encontrou com vítimas e familiares de vítimas dos ataques de 7 de outubro. Ele também visitou comunidades destruídas pelos terroristas do grupo Hamas.

Recentemente, a mulher dele, Jessica, doou US\$ 5 mil a um grupo de estudantes judeus que protestou contra manifestações simpáticas ao Hamas no campus da Universidade da Califórnia em Los Angeles.

Nos últimos tempos, outros artistas que nunca foram vistos como conservadores também

passaram a questionar de forma mais aberta a intolerância da extrema-esquerda.

Autora da série Harry Potter, a escritora JK Rowling comprou uma briga contra grupos de militantes ao criticar a presença de pessoas do sexo masculino competindo em categorias esportivas femininas. O comediante Bill Maher também tem adotado uma postura mais crítica à agenda progressista radical. E a iconoclasta humorista Amy Schumer, conhecida por suas provocações aos conservadores, tem recebido críticas de grupos de extrema-esquerda por ter declarado apoio a Israel na guerra contra o grupo terrorista Hamas.

Embora tenha passado a confrontar a patrulha ideológica de esquerda com mais frequência,

Seinfeld já havia dado sinais de desconforto com a politização da indústria do entretenimento nos Estados Unidos.

Em 2015, em entrevista ao canal CBS, ele disse não se incomodar com a pressão para que as produções tenham mais diversidade. Seinfeld defendeu que a graça seja o único critério para avaliar o trabalho dos comediantes.

"As pessoas acham que isso é o censo ou algo assim, para você precisar representar exatamente as estatísticas dos Estados Unidos. Quem liga? (...) Se você é engraçado, estou interessado. Se você não é engraçado, não estou. Não tenho qualquer interesse em gênero, raça ou qualquer coisa do tipo", declarou.

Na mesma época, Seinfeld afirmou que não se apresenta em universidades por causa da cultura do politicamente correto.

O discurso em Duke não foi exatamente uma apresentação de stand-up; mas, ao concordar em participar da cerimônia, ele talvez tenha aberto uma exceção por um motivo específico: um de seus filhos é aluno da universidade.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Biden está de olho no Brasil](#)
- [Michelle e Tarcísio ganham força em pesquisa e sucessão de Bolsonaro se afunila](#)
- [Lewandoswki quer União no controle da Segurança; modelo é adotado em Cuba e na Venezuela](#)
- [Aposentados de 65 anos ou mais têm isenção extra de IR, mas há “pegadinha” em 2024](#)
- [Marxista fracassa em explicar como o PlayStation existiria no socialismo](#)
- [Elon Musk aposta em Milei como futuro aliado na América do Sul](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice